

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

GBS Participações S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

GBS Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
GBS Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GBS Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada Borborema Transmissão de Energia não reclassificaram para o passivo circulante os montantes de R\$ 625.509 mil e R\$112.427 mil, respectivamente, referente a empréstimos, financiamentos e debêntures, os quais podem ter seu vencimento antecipado declarado pelos credores, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em instrumentos de dívidas de outras sociedades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor em R\$625.509 mil na controladora e R\$737.936 mil no consolidado e o passivo não circulante está demonstrado a maior nos mesmos montantes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



**Shape the future
with confidence**

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em dívidas de outras sociedades do grupo econômico pode resultar na declaração de vencimento antecipado de parte do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de sua controlada Borborema Transmissão de Energia S.A. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 1.973.935 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão.



**Shape the future
with confidence**

O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade'.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

GBS Participações S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	181	8.366	18.610	69.814
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	14.764	14.198
Ativo de concessão	8	-	-	154.899	148.314
Prêmio de seguro		-	-	1.247	1.691
Tributos e contribuições a compensar		318	291	873	920
Adiantamento a fornecedores e funcionários	9	-	-	285	8
Dividendos a receber	11	4.955	4.722	-	-
Partes relacionadas	10	10.275	51.282	10.275	51.282
Outros		-	-	649	-
Total do ativo circulante		15.729	64.661	201.602	286.227
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Caixa restrito	7	29.543	-	52.433	-
Ativo da concessão	8	-	-	1.819.036	1.755.486
Adiantamento a fornecedores e funcionários	9	1.409	353	10.691	6.105
Prêmio de seguro		-	-	-	36
		30.952	353	1.882.160	1.761.627
Investimentos	11	1.285.737	1.224.153	-	-
		1.285.737	1.224.153	-	-
Total do ativo não circulante		1.316.689	1.224.506	1.882.160	1.761.627
Total do ativo		1.332.418	1.289.167	2.083.762	2.047.854

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	6.772	5.164	16.993	28.437
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	22.201	622.369	54.319	651.873
Tributos e contribuições sociais		44	9	2.209	1.010
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.139	1.064
PIS e COFINS diferidos	15	-	-	5.654	5.808
Salários e encargos sociais		-	-	5.970	4.419
Encargos setoriais		-	-	2.232	1.018
Dividendos a pagar		1.903	1.828	1.903	1.828
Outras contas a pagar	13	-	-	5.063	1.719
Total do passivo circulante		30.920	629.370	95.482	697.176
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	625.509	-	1.164.906	545.772
Provisão para contingências	23	-	-	19.651	17.726
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	60.801	58.638
PIS e COFINS diferidos	15	-	-	66.933	68.745
Total do passivo não circulante		625.509	-	1.312.291	690.881
Patrimônio líquido					
Capital social	16.a	475.820	475.820	475.820	475.820
Reservas de lucros	16.c	191.759	183.977	191.759	183.977
		667.579	659.797	667.579	659.797
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.b	8.410	-	8.410	-
Total do patrimônio líquido		675.989	659.797	675.989	659.797
Total do passivo e patrimônio líquido		1.332.418	1.289.167	2.083.762	2.047.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção		-	-	25.883	99.007
Remuneração do ativo de concessão		-	-	173.883	161.515
Receita operacional líquida	17	-	-	199.766	260.522
Custo de implementação de infraestrutura	18	-	-	(19.641)	(90.931)
Custo de operação e manutenção	19	-	-	(7.889)	(10.620)
Lucro bruto		-	-	172.236	158.971
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(347)	(385)	(22.292)	(15.230)
Outras receitas/(despesas)	21	10	-	13.546	8.589
Resultado de equivalência patrimonial	11	99.493	90.461	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		99.156	90.076	163.490	152.330
Receitas financeiras		963	450	3.977	4.683
Despesas financeiras		(92.262)	(97.192)	(152.509)	(157.337)
Resultado financeiro líquido	22	(91.299)	(96.742)	(148.532)	(152.654)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		7.857	(6.666)	14.958	(324)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	-	(4.532)	(4.384)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(2.569)	(1.958)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.857	(6.666)	7.857	(6.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	7.857	(6.666)	7.857	(6.666)
Total de resultados abrangentes	7.857	(6.666)	7.857	(6.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	475.820	9.624	181.019	-	666.463	-	666.463
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.666)	(6.666)	-	(6.666)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(6.666)	6.666	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	475.820	9.624	174.353	-	659.797	-	659.797
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	8.410	8.410
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.857	7.857	-	7.857
Constituição de reserva legal	-	393	-	(393)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(75)	(75)	-	(75)
Reserva de lucros a realizar	-	-	7.389	(7.389)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	475.820	10.017	181.742	-	667.579	8.410	675.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	7.857	(6.666)	14.958	(324)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(99.493)	(90.461)	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	(1.966)	11.296
Provisão para contingências	-	-	1.925	4.513
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	31.149	28.850	42.467	39.337
Juros sobre empréstimos e debêntures	47.235	45.289	83.415	79.451
Apropriação dos custos de captação de debêntures	3.348	2.635	3.470	2.706
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Ativo de concessão	-	-	(70.135)	(156.474)
Concessionárias e permissionárias	-	-	(566)	(7.009)
Tributos a compensar	(27)	690	47	401
Prêmio de seguro	-	-	480	(89)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(1.056)	(353)	(4.863)	39.872
Partes relacionadas	41.007	(812)	41.007	(812)
Outros	(233)	4.366	(649)	4.366
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	1.608	4.625	(11.444)	(58.992)
Tributos e contribuições sociais	35	(8)	1.199	(655)
Salários e encargos sociais	-	-	1.551	(3.393)
Encargos setoriais	-	-	1.214	691
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(539)	-
Outros	-	-	3.344	1.673
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(4.324)	(3.522)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	31.430	(11.845)	100.591	(46.964)
Aportes de capital em controladas	(65.869)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital em controladas	18.066	(7.656)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	85.712	-	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	37.909	(7.656)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.410	-	8.410	-
Caixa restrito	(29.543)	-	(52.433)	-
Captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	-	-	-	61.207
Amortização de principal de debêntures, empréstimos e financiamentos	(9.954)	(8.266)	(25.164)	(15.584)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(46.437)	(45.103)	(82.608)	(76.621)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(77.524)	(53.369)	(151.795)	(30.998)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(8.185)	(72.870)	(51.204)	(77.962)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.366	81.236	69.814	147.776
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	181	8.366	18.610	69.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A GBS Participações S.A. (“Companhia” ou “GBS”), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Rua Olimpíadas, 205 – 4º andar, Edifício Continental Square, na Vila Olímpia., no município de São Paulo e é controlada pela Two Square Transmissions Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo TS Trasmision”), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

As Companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. (“Borborema”), Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Goyaz”) e Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Solaris”) são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

1.2. Das Concessões

As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 24-25	
				Prazo (anos)	Próxima		R\$	Mês Base
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	55.930	02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	35.265	02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	62.745	02/2018

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Borborema

O projeto da Borborema consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km;
- (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; e
- (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Goyaz

O projeto da Goyaz consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km;
- (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV;
- (iii) Compensador Estático – CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; e
- (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Solaris

O projeto da Solaris consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km;
- (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA;
- (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA;
- (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Borborema

O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.700 (R\$55.930 ajustado pelo IPCA ciclo 2024-2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão.

Em junho de 2022 os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados.

Em 09 de setembro de 2021 a SCT emitiu a Nota Técnica nº 689/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 015/2018, de forma específica na Subestação João Pessoa II, referente a instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV - 3 x 150MVA e a complementação do módulo geral em 500 kV da SE João Pessoa II, conforme a Resolução Autorizativa.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

A Tabela 1 apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020:

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV João Pessoa II Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	87.713.179,14	2,0	10.759.038,21	4.1, a.	12.021.203,90
Total	87.713.179,14	-	10.759.038,21	-	12.021.203,90

Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da empresa Borborema Transmissão de Energia S.A.

A Borborema se encontra 100% em operação comercial.

Goyaz

O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$ 35.265 ajustado pelo IPCA ciclo 2024-2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão.

Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. A Goyaz se encontra 100% em operação comercial.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Solaris

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$31.430 (R\$62.745 ajustada para o ciclo 2024 - 2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão.

Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa.

A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020
SE 500/230 kV Janaúba 3 Instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0	12.869.730,48	4.1, a.
Total	94.973.138,65	-	12.869.730,48	-

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A.

A Solaris se encontra 100% em operação comercial.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei nº 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 2 de abril de 2025.

2.2. Continuidade operacional

Conforme exposto na Nota 14, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas concluíram que estavam em conformidade com as cláusulas restritivas (“covenants”) estabelecidas em todos os seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Contudo, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas no contrato financiamento da São Francisco Transmissão de Energia S.A., com o Banco do Brasil – FDNE, existe um potencial risco de declaração de vencimento antecipado do financiamento firmado pela controlada Borborema Transmissão de Energia S.A. com o Banco do Brasil e, conseqüentemente das debêntures da Companhia e da Borborema, caso a São Francisco não obtenha o perdão temporário (waiver) junto ao Banco do Brasil – FDNE e a referida dívida de São Francisco com Banco do Brasil – FDNE, bem como as debêntures de sua fiadora Two Square Transmissions Participações S.A. sejam declaradas vencidas antecipadamente. A potencial ocorrência deste fato caso traria uma incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia, uma vez que a Companhia e sua controlada dependeriam da concessão de waiver por parte seus credores. Contudo, na avaliação da administração, essas condições ainda não estão presentes, visto que a declaração de vencimento antecipado ainda não ocorreu.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

É importante destacar que as controladas da Companhia estão operacionais e foram estruturadas de modo que sua estrutura de capital está condicionada exclusivamente a operação destas e da Companhia. Isto significa que os fluxos de caixa e ativos gerados pela Goyaz, Solaris e Borborema são suficientes e estão dedicados exclusivamente ao serviço de suas próprias dívidas e obrigações, bem como da Companhia. Contudo, não há como descartar que um eventual problema de liquidez da controladora do Grupo Two Square Transmissions Participações S.A. poderá refletir na Companhia e suas controladas.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam.

2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 15); e
- Contabilização de contratos de concessão (Nota 8).

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, que foi de 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação, operação e manutenção da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão.

2.5. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia GBS Participações S.A. e suas controladas.

As controladas são todas as Companhias nas quais a GBS Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação % 31/12/2024	Participação % 31/12/2023
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	100	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48, o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta “Impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.4. Investimentos

A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.6. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.9. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

i) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

ii) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

iii) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A GBS Participações S.A. optou pelo regime de tributação com base no lucro real.

As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.14. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não há efeito nas demonstrações financeiras.

- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS7.

4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras – As alterações vigoram para relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações – As alterações vigoram para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025;
- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	181	766	16.666	16.488
Aplicações financeiras	-	7.600	1.944	53.326
	181	8.366	18.610	69.814

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI entre 70% e 98% em 2024 e 2023, cuja rentabilidade na controladora foi de R\$ 963 e no consolidado foi de R\$ 3.977 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 450 na controladora e R\$ 4.608 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

6. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2024	2023
Concessionárias e permissionárias	14.764	14.198
	14.764	14.198

As controladas da Companhia iniciaram-se os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: junho de 2022, Goyaz: julho de 2022 e Borborema: setembro de 2022.

No exercício findo 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R\$ 1.202 como perdas, sobre títulos faturados e vencidos a mais de 180 dias por falta de expectativas de recebimentos e impossibilidade de cobertura por parte da ONS – Operador Nacional do Sistema. Em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras (caixa restrito)	29.543	-	52.433	-
	29.543	-	52.433	-

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 2024.

Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 14.

8. Ativo de concessão

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	1.903.800	1.747.326
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	29.235	108.647
Remuneração do ativo de concessão	175.130	169.806
Revisão tarifária periódica (Nota 21)	2.817	-
(-) Faturamento	(137.047)	(121.979)
Saldo final	1.973.935	1.903.800
Circulante	154.899	148.314
Não circulante	1.819.036	1.755.486

9. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a funcionários	-	-	285	8
Adiantamento a fornecedores (i)	1.409	353	10.691	6.105
	1.409	353	10.976	6.113
Circulante	-	-	285	8
Não circulante	1.409	353	10.691	6.105

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

Os saldos de adiantamentos a fornecedores consolidados serão realizados conforme apresentação dos custos finais das obras dos projetos das transmissoras.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

10. Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante				
Two Square Transmissions Participações S.A.	10.275	51.282	10.275	51.282
Total	10.275	51.282	10.275	51.282

A Companhia possui operação a receber junto à sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A, integrante do grupo TS Transmission, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de junho de 2025.

Durante o terceiro trimestre, a Companhia recebeu o montante de R\$ 41.007 relativo à parte do mútuo existente com sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A. (anteriormente denominada Brazil Participações S.A.).

Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2024 não houve pagamento de remuneração aos Administradores da Companhia.

11. Investimentos

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas)

Investidas	31/12/2024					
	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Borborema	187.232.351	100	681.044	303.262	377.782	17.867
Goyaz	380.765.537	100	473.565	53.212	420.353	16.029
Solaris	197.691.109	100	887.427	399.825	487.602	65.597

Investidas	31/12/2023					
	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Borborema	164.458.647	100	675.651	314.914	360.737	41.652
Goyaz	348.870.449	100	474.049	51.001	423.048	16.070
Solaris	186.491.109	100	837.862	397.494	440.368	32.739

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

b) Movimentação dos investimentos

Investidas	Valor do Investimento em 31/12/2023	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Valor do Investimento em 31/12/2024
Borborema	360.737	22.774	17.867	(2.970)	(20.626)	377.782
Goyaz	423.048	31.895	16.029	(50.919)	300	420.353
Solaris	440.368	11.200	65.597	(31.823)	2.260	487.602
Total	1.224.153	65.869	99.493	(85.712)	(18.066)	1.285.737

Investidas	Valor do Investimento em 31/12/2022	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Valor do Investimento em 31/12/2023
Borborema	311.825	-	41.652	(396)	7.656	360.737
Goyaz	407.131	-	16.070	(153)	-	423.048
Solaris	407.940	-	32.739	(311)	-	440.368
Total	1.126.896	-	90.461	(860)	7.656	1.224.153

c) Dividendos a receber

Investida	2024	2023
Borborema	1.746	1.576
Goyaz	152	712
Solaris	3.057	2.434
Total	4.955	4.722

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de materiais e serviços (i)	6.772	5.164	9.433	11.887
Relacionados a implementação da infraestrutura (iii)	-	-	5.260	9.151
Retenções contratuais (ii)	-	-	2.300	7.399
	6.772	5.164	16.993	28.437

(i) Na controladora, o saldo na rubrica de fornecedores refere-se basicamente a fianças bancárias.

(ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência.

(iii) Custos finais de projetos e desmobilizações de obras.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

13. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2024	2023
Seguros (i)	5.004	1.600
Outros	59	119
	5.063	1.719

(i) Durante o segundo e terceiro trimestre, a controlada Goyaz Transmissão de Energia S.A. recebeu de sua seguradora montantes relativos à ressarcimento de seguros que serão repassados para alguns fornecedores da Goyaz.

14. Empréstimos e financiamentos

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma

Credor	Companhia	Encargos	Data final	2024	2023	2024	2023
Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	-	-	16.448	17.336
Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	-	-	39.112	41.216
Total Banco do Brasil				-	-	55.560	58.552
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1,7577%	15/02/2045	-	-	84.058	85.193
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2,1482%	15/02/2045	-	-	61.673	62.130
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	-	-	110.086	114.154
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	-	-	16.973	17.604
Total BNB				-	-	272.790	279.081
Debentures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2044	647.710	622.369	647.710	622.369
Debentures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	-	-	62.387	59.739
Debentures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	-	-	180.778	177.904
Total debêntures				647.710	622.369	890.875	860.012
Total				647.710	622.369	1.219.225	1.197.645
Circulante				22.201	622.369	54.319	651.873
Não circulante				625.509	-	1.164.906	545.772

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

		Controladora						
Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	GBS	622.369	3.348	31.149	47.235	(9.954)	(46.437)	647.710
Total		622.369	3.348	31.149	47.235	(9.954)	(46.437)	647.710

		Controladora						
Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	GBS	598.964	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369
Total		598.964	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Consolidado									
Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Captações e adições	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2024
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	114.154	-	19	-	6.650	(4.131)	(6.606)	110.086
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	17.604	-	-	-	1.072	(637)	(1.066)	16.973
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	17.336	-	-	-	1.151	(948)	(1.091)	16.448
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	41.216	-	-	-	3.125	(2.244)	(2.985)	39.112
Debêntures	Borborema	59.739	-	83	2.926	3.735	(487)	(3.609)	62.387
BNB – Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	85.193	-	-	-	5.214	(847)	(5.502)	84.058
BNB – Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	62.130	-	-	-	4.010	(227)	(4.240)	61.673
Debêntures	Solaris	177.904	-	20	8.392	11.223	(5.689)	(11.072)	180.778
Debêntures	GBS	622.369	-	3.348	31.149	47.235	(9.954)	(46.437)	647.710
Total		1.197.645	-	3.470	42.467	83.415	(25.164)	(82.608)	1.219.225

Consolidado									
Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	102.677	15.658	16	-	6.599	(4.131)	(6.665)	114.154
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	15.836	2.415	-	-	1.065	(637)	(1.075)	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	9.379	8.404	1	-	844	(721)	(571)	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	26.885	15.332	54	-	2.656	(1.829)	(1.882)	41.216
Debêntures	Borborema	55.268	-	-	2.685	3.534	-	(1.748)	59.739
BNB – Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	74.134	11.220	-	-	4.895	-	(5.056)	85.193
BNB – Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	54.064	8.178	-	-	3.759	-	(3.871)	62.130
Debêntures	Solaris	169.942	-	-	7.802	10.810	-	(10.650)	177.904
Debêntures	GBS	598.964	-	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369
Total		1.107.149	61.207	2.706	39.337	79.451	(15.584)	(76.621)	1.197.645

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

c) Por vencimento

	Controladora	Consolidado	
	2024	2024	2023
2025	-	-	16.429
2026	8.674	29.520	17.436
2027	12.529	31.940	18.993
2028	13.813	34.343	20.563
2029	15.741	37.515	22.135
2030	17.989	40.745	23.670
2031	19.596	42.195	24.167
Após 2032	537.167	948.648	402.379
Total das obrigações	625.509	1.164.906	545.772

GBS Participações

A Companhia realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado será em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731 % a.a.

Em março de 2022 a Companhia assinou o Contrato Prestação de Garantias (“CPG”), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R\$600.000 referente a Emissão de Debêntures (“Fianças Bancárias”). Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. Em agosto de 2024 a Companhia assinou o primeiro aditamento ao CPG, postergando por mais dois anos as Fianças Bancárias. Em setembro de 2024 a Companhia assinou o segundo aditamento ao CPG alterando o custo de 2,50% ao ano para 1,75% ao ano. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão dos projetos detidos pela Companhia. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva (veja Nota 7)

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios dos dividendos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a TS Transmission alienou fiduciariamente as ações da GBS aos Credores. Como garantia da emissão das debêntures, foi constituída uma Conta Reserva correspondente a 3 (três) parcelas vincendas semestrais, com vencimento no dia 28 de fevereiro de cada ano. Destas, uma parcela permanecerá depositada durante todo o prazo da dívida, uma segunda parcela será utilizada para o pagamento da parcela de março do mesmo ano, e a terceira parcela será destinada ao pagamento da parcela de setembro do referido ano

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atingiu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não atingimento do índice não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento.

Adicionalmente, a Companhia não cumpriu com o preenchimento da Conta Reserva com o Saldo Mínimo Total previsto em fevereiro de 2024, no montante de R\$ 100.000, conforme previsto na Cláusula 3.1.2.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, o que configura a possibilidade de declaração de vencimento antecipado das debêntures.

A administração da GBS, por intermédio do Agente Fiduciário, convocou uma Assembleia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento das obrigações descritas acima, o qual foi concedido em 3 de julho de 2024. Em função do não cumprimento das cláusulas citadas acima na data base de 31 de dezembro de 2023, 30 de março 2024 e 30 de junho de 2024, a administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

Borborema

A Borborema realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R\$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até junho de 2024, a Borborema recebeu o montante de R\$136.238, sendo R\$118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$18.202 destinados a áreas não prioritárias. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida (veja Nota 7).

A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) (“Financiamento BB-FDNE”). Sobre o Subcrédito I (“FDNE I”), no valor de R\$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II (“FDNE II”), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736.

Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em novembro de 2021 a Borborema firmou o Contrato de Prestação de Garantias (“CPG”), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R\$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste (“BNB”). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023 as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Borborema ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva (veja Nota 6). Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Borborema cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmissions Participações S.A. e a GBS Participações S.A. alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2024 de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2024.

Solaris

A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. (“Emissão de Debêntures”). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Como garantia da Emissão de Debêntures, foi constituída uma conta reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB (“Financiamento BNB”). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias.

Em abril de 2023, a Solaris recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva, que é o equivalente a 2,1% do valor efetivamente desembolsado, mantido até o vencimento final do financiamento (veja Nota 7).

Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias (“CPG”), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R\$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos.

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a TS Transmission e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores.

Durante o primeiro trimestre de 2024, a Solaris realizou a distribuição de dividendos para sua controladora, configurando o não cumprimento da cláusula 6.1.2 (iv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não cumprimento de determinadas cláusulas não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em 5 de agosto de 2024, a Solaris obteve o waiver para o tema relacionado acima, o qual se tornou efetivo somente após a verificação integral do cumprimento das condições suspensivas determinadas no referido documento. Dentre estas condições atendidas pela Solaris estão: (i) recebimento do reembolso do montante de R\$ 11.200; (ii) Obter um waiver dos fiadores bancários concordando com os termos mencionados na assembleia geral e (iii) realizou o pagamento de um waiver fee no montante de R\$ 250, bem como, as respectivas obrigações de curto prazo com os seus fiadores. Em 30 de agosto de 2024, a Solaris obteve um novo waiver para o referido tema estabelecendo um novo prazo para o cumprimento de tais obrigações, as quais foram atendidas. Dentre estas condições a Solaris deveria: (i) receber o reembolso do montante de R\$ 11.200; (ii) Obter um waiver dos fiadores bancários concordando com os termos mencionados na assembleia geral e (iii) realizar o pagamento de um waiver fee no montante de R\$ 250, bem como, as respectivas obrigações de curto prazo com os seus fiadores.

Em 31 de dezembro de 2024, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

Vencimento antecipado de outras sociedades do grupo econômico

De acordo com o item (xxv) da cláusula 10ª do contrato de financiamento da Borborema com o Banco do Brasil – FDNE, caso haja inadimplemento pecuniário ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras superiores a R\$10.000 da a Two Square Transmissions Participações S.A., haveria também o vencimento antecipado do contrato da Borborema.

Em 31 de dezembro de 2024 a São Francisco Transmissão de Energia S.A. não cumpriu com determinadas cláusulas restritivas do contrato de financiamento que possui com o Banco do Brasil – FDNE. Ocorre que a Two Square também figura como garantidora do contrato de São Francisco e, caso, de forma acumulativa, a São Francisco não obtenha o perdão temporário (*waiver*) do Banco do Brasil e a Two Square não aporte capital para pagamento da dívida vencida, geraria um potencial risco de declaração de vencimento antecipado da dívida da Companhia com o referido credor. Este fato, caso ocorra, levaria as dívidas da Borborema com o Banco do Brasil exigíveis em curto prazo, onde este fato, geraria incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia. Como consequência, haveria a possibilidade também da declaração de vencimento antecipados das debêntures da Borborema, bem como das debêntures da Companhia.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Tributos diferidos

	Consolidado	
	2024	2023
IRPJ	39.481	38.075
CSLL	21.320	20.563
IR e CS diferidos	60.801	58.638
PIS	12.832	13.277
COFINS	59.755	61.276
PIS e COFINS diferidos	72.587	74.553
Tributos passivos	133.388	133.191
Circulante	5.654	5.808
Não circulante	127.734	127.383

O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados é reconhecido sobre a receita de implementação da infraestrutura, remuneração do ativo contratual e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura apuradas sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	204.365	204.365	260.522	260.522
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	16.349	24.524	(20.842)	(31.263)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(4.087)	(2.207)	(5.211)	(2.814)
Mudança de cálculo (ajuste no resultado)	2.522	1.231	-	-
Revisão tarifária periódica (Nota 21)	(590)	(231)	-	-
Outros ajustes	711	82	4.447	1.620
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(1.444)	(1.125)	(764)	(1.194)
Receita realizada	137.387	137.387	115.012	115.012
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	10.991	16.486	9.201	13.801
Receitas financeiras	1.723	1.723	2.687	2.687
Base de cálculo total	12.714	18.209	11.888	16.488
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(3.179)	(1.639)	(2.972)	(1.484)
Outros ajustes	227	59	24	48
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.952)	(1.580)	(2.948)	(1.436)

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			31/12/2024
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(38.075)	(1.444)	38	(39.481)
Contribuição social	(20.563)	(1.125)	368	(21.320)
Não circulante	(58.638)	(2.569)	406	(60.801)

	Consolidado			31/12/2023
	31/12/2022	Outros movimentos	Reconhecido no resultado	
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(37.381)	70	(764)	(38.075)
Contribuição social	(19.302)	(67)	(1.194)	(20.563)
Não circulante	(56.683)	3	(1.958)	(58.638)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$475.820, representado por 475.820.000 ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R\$1 real cada.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

A Companhia recebeu de sua única acionista Two Square Transmissions Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 8.410 (o saldo de AFAC em 31 de dezembro de 2023 é zero).

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

c) Destinação do lucro líquido do exercício

<u>Destinação dos lucros</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	7.857	(6.666)
Constituição da reserva legal (i)	(393)	-
Base de cálculo de dividendos	7.464	-
Dividendos mínimos obrigatórios (iii)	(75)	-
Reserva de retenção de lucros (ii)	(7.389)	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	(6.666)

- (i) Reserva legal constituído com base em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social
- (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.
- (iii) Mínimo obrigatório previsto no estatuto social de 1% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2024 o valor foi de R\$ 75 (não houve distribuição de dividendos para o exercício de 2023).

17. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional bruta		
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	29.235	108.647
Receita remuneração do ativo de concessão	175.130	169.806
Total da receita bruta	204.365	278.453
PIS e COFINS sobre a receita	(2.575)	(16.390)
Encargos setoriais	(2.024)	(1.541)
Receita operacional líquida	199.766	260.522

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

18. Custos de implementação de infraestrutura

	Consolidado	
	2024	2023
Pessoal	-	(41)
Serviços de terceiros	(175)	(1.530)
Máquinas e equipamentos	(6.321)	(52.401)
Terrenos	(50)	-
Edificações	(7.679)	(25.522)
Servidão	(4.765)	(5.480)
Capitalização de juros	-	(2.986)
Outros	(651)	(2.971)
Total	(19.641)	(90.931)

19. Custos de operação e manutenção

	Consolidado	
	2024	2023
Pessoal	(487)	(355)
Serviços de terceiros	(7.327)	(7.224)
Outros	(75)	(3.041)
Total	(7.889)	(10.620)

20. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal e encargos	-	-	(7.765)	(7.333)
Serviços de terceiros	(346)	(419)	(9.331)	(4.421)
Material	-	-	(20)	-
Aluguéis	-	-	(151)	(275)
Tributos	-	(1)	(38)	(116)
Seguros	-	-	(3.148)	(2.753)
Baixa de títulos incobráveis	-	-	(1.202)	-
Outros	(1)	35	(637)	(332)
	(347)	(385)	(22.292)	(15.230)

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

21. Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	2024	2023
Outras receitas (CDE)	10.677	8.589
Revisão tarifária periódica (Nota 8)	2.817	-
Outras receitas (despesas)	52	-
	13.546	8.589

- (i) Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.
(ii) Efeito da revisão da RAP – Receita Anual Permitida, decorrente do processo de RTP – Revisão Tarifária Periódica, homologado pela resolução da ANEEL 3.348 de 16 de julho de 2024.

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	963	450	3.977	4.608
Outras receitas financeiras	-	-	-	75
	963	450	3.977	4.683
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(78.384)	(74.137)	(125.882)	(115.799)
Despesas bancárias	(313)	(307)	(1.165)	(1.283)
Pis/COFINS sobre rendimentos financeiros	(39)	(21)	(39)	(21)
Comissões, taxas e fianças	(13.481)	(22.594)	(25.074)	(39.407)
Multas e juros	(1)	(18)	(220)	(609)
IOF	(5)	(12)	(14)	(24)
Outras despesas financeiras	(39)	(103)	(115)	(194)
	(92.262)	(97.192)	(152.509)	(157.337)
Resultado financeiro líquido	(91.299)	(96.742)	(148.532)	(152.654)

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

23. Provisões para contingências

a) Contingências passivas – risco de perda provável

A administração da Companhia e de suas controladas com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

<i>Em valor (R\$)</i>	Solaris	Borborema	Goyaz	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	910	5.189	7.114	13.213
Adições	977	741	2.795	4.513
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.887	5.930	9.909	17.726
Adições/(reversões)/Atualizações	1.230	(862)	1.557	1.925
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.117	5.068	11.466	19.651

<i>Em quantidade</i>	Solaris	Borborema	Goyaz	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43	65	36	144
(Reversões)	(5)	(4)	(1)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38	61	35	134
Adições/ (reversões)	1	(8)	-	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39	53	35	127

Em 31 de dezembro de 2024, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e de suas controladas referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

b) Contingências passivas – risco de perda possível

A administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2024, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas estão representados conforme segue:

	Consolidado	
	2024	
	Quantidade	Valor
Processos judiciais		
Cíveis	1	54
	1	54

	Consolidado	
	2023	
	Quantidade	Valor
Processos judiciais		
Cíveis	1	52
	1	52

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas referia-se a processos fundiários.

24. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e das suas controladas é previamente aprovada pela diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários		181	766	16.666	16.488
Partes relacionadas		10.275	51.282	10.275	51.282
Dividendos a receber		4.955	4.722	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	14.764	14.198
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	-	7.600	1.944	53.326
Caixa restrito	2	29.543	-	52.433	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		6.772	5.164	16.993	28.437
Empréstimos, financiamentos e debêntures		647.710	622.369	1.219.225	1.197.645

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

Os instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

24.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e das suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia e das suas controladas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e das suas controladas são:

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e das suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

O ativo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2024. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2024, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário provável	Controladora 2024				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)	
Ativos							
Caixa restrito	CDI	29.543	10,87%	5,44%	8,15%	16,31%	13,59%
		3.211	1.606	2.409	4.817	4.014	
Passivos							
Empréstimos, debêntures e financiamentos	IPCA	647.710	5,08% + taxas fixas do contrato	6,18%	9,26%	18,53%	15,44%
		80.012	40.006	60.009	120.018	100.015	

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

			Consolidado 2024			
			Risco de redução		Risco de aumento	
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
Ativos						
	CDI	10,87%	5,44%	8,15%	16,31%	13,59%
Caixa restrito	52.433	5.699	2.850	4.275	8.549	7.124
Equivalentes de caixa	1.944	211	106	158	317	264
Passivos						
	IPCA	5,08% + taxas fixas do contrato	4,33%	6,50%	12,99%	10,83%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.219.225	130.105	65.053	97.579	195.158	162.632

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas.

A administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

24.3 Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade da operação.

25. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2024	05/07/2025	R\$ 50.000
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2024	28/06/2025	R\$ 389.820
Solaris	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R\$ 83.078
Borborema	Operacional	Risco civil	Chubb	12/06/2024	12/06/2025	R\$ 40.000
Borborema	Operacional	Propriedade	Tokio Marine	18/06/2024	18/06/2025	R\$ 423.897
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2023	30/05/2025	R\$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2025	R\$ 306.802
Goyaz	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	30/06/2025	R\$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2024	30/06/2025	R\$ 40.000

26. Eventos Subsequentes

- a) Composição da Conta Reserva
Em 07 de março de 2025 a Companhia preencheu a Conta Reserva com 2 (duas) Parcelas Vincendas, de acordo com o previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R\$ 54.288 que, adicionado à Parcela de Segurança que já estava depositada na conta desde agosto de 2025, totalizaram R\$ 81.540.
- b) Liberação das Fianças Bancárias
A Companhia obteve em 21 de março de 2025 a Exoneração das Fianças Bancárias que garantiam a Emissão de Debêntures uma vez cumpridas as condições para Conclusão dos Projetos previstas na Escritura.